

## Relatório do projeto

## Projeto

Título do projeto: PROGRAMA CISTERNAS RURAIS: SEGURANÇA E SOBERANIA HÍDRICA DAS FAMÍLIAS DO SEMIARIDO MINEIRO, ATRAVÉS DO ACESSO E MANEJO SUSTENTÁVEL DAS ÁGUAS DE CHUVA

Linha Temática: CONVIVÊNCIA COM A SECA

Categoria: BENEFICIÁRIOS DE RECURSOS NÃO REEMBOLSÁVEIS

Introdução: O Programa Cisternas Rurais: Segurança e Soberania Hídrica das famílias dos semiárido mineiro, através do Acesso e Manejo Sustentáveis das Águas de chuva, está sendo apresentado ao FHIDRO/SEMAD com o propósito de dar continuidade a um conjunto de ações que vêm sendo desenvolvidas pela ASA e o IDENE no Semi-Árido Mineiro, que visam a formação e mobilização social das populações rurais para a convivência com a seca, construindo e investindo em alternativas de acesso à água em situações de escassez.

Estas ações se realizam a partir do envolvimento das populações e suas organizações em uma ampla rede de atores sociais articulados na ASA Brasil e ASA Minas, em parceria com a AP1MC Associação do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais. No âmbito da política de cisternas, o IDENE também tem buscado ações para minimizar os danos sociais causados pela falta de recursos hídricos no Norte e Nordeste do Estado.

A ASA Brasil é uma articulação social que propõe a participação da sociedade civil nas definições de políticas públicas adequadas para a convivência com o Semi-Árido e ambiciona a construção de um elo do povo do Semi-Árido para exercício da cidadania e a conquista de condições dignas de vida. Tem como uma de suas estratégias a execução do P1MC que tem como meta a construção de um milhão de cisternas para captação de água de chuvas nas zonas rurais do Semi-Árido Brasileiro, assentada em processos participativos e educativos.

O Governo de Minas, por meio do IDENE, em parceria com o governo Federal através do MDS, vem fortalecendo a política de acesso à água as famílias do semiárido, em prol da melhoria das condições de vida das famílias do semiárido mineiro

A tecnologia das Cisternas, foi proposta a partir de experimentações e constatação da possibilidade concreta de captação da água das chuvas que caem sobre os telhados, conduzi-la por meio de calhas, armazená-la próximo das casas e tratá-la para consumo humano. Estudos realizados comprovam que uma cisterna com capacidade de armazenar 16.000 litros de água de chuva é suficiente para abastecer as famílias com água para beber, cozinhar e para higiene pessoal, pelo período de um ano. Também já está comprovado que a implantação das cisternas contribui para minimizar os efeitos perversos das estiagens prolongadas, muito comuns no Semi-Árido, reduzindo os riscos do consumo de águas contaminadas. É uma tecnologia simples, de baixo custo e adaptada às condições do semi-árido.

Atuando no contexto do Semi-Árido brasileiro, A ASA e suas organizações parceiras, através do P1MC desde o ano 2000, com o apoio de agências como a ANA, OXFAM, FEBRABAN, CODEVASF e do Governo Federal (MMA e MDS), mobilizou 313.973 famílias e construiu 295.000 cisternas até outubro/ 2010, capacitando 273.124 famílias em GRH - Gerenciamento de Recursos Hídricos.

## Relatório do projeto

Para esta execução foram organizadas e capacitadas 6.397 CEM - Comissões Executivas Municipais, além da capacitação de 5.706 pedreiros executores, 174 pedreiros instrutores, 4.660 confeccionadores de bomba manual e 284 educadores multiplicadores em ações de GRH.

No Semi-Árido Mineiro, com o apoio de agências como ANA, OXFAM, FEBRABAM, CODEVASF e do Governo Federal (MMA, MDS e MDA) e mais recentemente do apoio do Governo de Minas através do FIDRO, sob a gestão da Cáritas, do CAA/NM e CAV, foram 14.665 famílias mobilizadas e 13.240 cisternas construídas, com 12.969 famílias capacitadas em GRH; contanto também com 402 CEMs, 581 pedreiros e 275 confeccionadores de bomba manual, devidamente capacitados (Dados da ASA Brasil e ASA Minas 2010).

O IDENE desde de 2005, em parceria com o Governo Federal, possibilitou a acesso a água através das cisternas a mais de 3700 famílias, beneficiando 18.500 pessoas no semiárido mineiro.

É neste contexto que se insere o presente projeto, quando com o mesmo se busca atingir e contemplar mais 2500 famílias com cisternas domiciliares, diminuindo significativamente o déficit de pessoas que não têm acesso garantido a água de qualidade, num significativo e expressivo trabalho de inclusão social, antes nunca visto.

Além do mais este projeto inova quando pretende, numa experiência piloto, iniciar a construção de cisternas em escolas rurais não abastecidas pelos sistemas de fornecimento de água, o que faz com que as escolas, em determinadas épocas, não funcionem por falta de água para consumo das crianças.

O debate do abastecimento das escolas com cisternas foi levantado pelo Pacto Nacional pela Criança e Adolescente no semiárido e pelo CONSEA Nacional, quando em plenária em Recife debateu este problema. Com as cisternas domiciliares e aquelas das escolas com certeza garante-se a melhoria da qualidade de vida das pessoas que bebem e cozinham com a água da chuva armazenada nas cisternas. Dados da Embrapa e de outras instituições de pesquisa comprovam que houve melhoria nas condições de saúde das pessoas que tomaram a água das chuvas, armazenada nas cisternas. As pesquisas compararam os dados da água das cisternas com a água dos barreiros e das barragens, comumente usada pelas pessoas do meio rural.

Nesse contexto, entende-se que as cisternas construídas pela parceria ASA MINAS/GOVERNO DE MINAS GERAIS, através do IDENE/ SEMAD/IGAM/FIDRO, trazem novas perspectivas e criam novos de laços de troca, solidariedade e reciprocidade entre as famílias do meio rural. Já são visíveis as mudanças nas comunidades com cisternas: as pessoas pintam as casas, se organizam e constroem banheiros em mutirão, instalam energia elétrica, constroem igrejas e se mobilizam para buscar alcançar novos objetivos comuns.

Ao lado dos argumentos políticos e sociais que acima elencamos, há igualmente aqueles de ordem técnica que justificam este investimento

Dessa forma, considerando a experiência acumulada, os resultados já obtidos e os impactos positivos na melhoria das condições de vida das populações rurais, é que apresentamos este projeto, com a expectativa de que o apoio do FHIDRO/ SEMAD possa contribuir para a continuidade destas ações, que ampliam as possibilidades de garantia do acesso à água potável para mais

## Relatório do projeto

2.000 famílias rurais, a partir do uso da água de chuva armazenada em cisternas rurais.

Neste sentido, a partir de diálogos com parceiros regionais e locais, foram selecionados 64 municípios nas áreas de atuação das entidades co-executoras, considerando:

Critérios adotados pelo IGAM para a definição de áreas prioritárias e municípios priorizados em cada área (conforme documento elaborado por sua equipe técnica: Proposta para Melhoria da disponibilidade hídrica na região Norte, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri, 2008);

Ações que se encontram em curso no Semi-Árido para potencializar a convivência com a seca e suas adversidades;

Situações cíclicas de emergência presentes nos municípios, anualmente, devido às estiagens prolongadas;

Estudo Feito pelo MEC, sobre o abastecimento nas escolas Rurais;

Municípios localizados na área de abrangência do IDENE;

Municípios que compõem as áreas suscetíveis a desertificação no Estado de Minas;

Assim, foram selecionados os seguintes municípios para a implantação do projeto aqui proposto:

A Norte de Minas: Bonito de Minas; Berizal; Brasília de Minas; Cristália; Catutí; Chapada Gaucha; Francisco Sá; Fruta de Leite; Gameleiras; Glaucilândia; Grão Mogol; Ibiracatu; Indaiabira; Itacarambi; Janaúba; Januária; Japonvar; Juramento; Lontra; Manga; Matias Cardoso; Mato Verde; Mirabela; Miravânia; Montes Claros; Patis; Pedras de Maria da Cruz; Pintópolis; Porteirinha; Riacho dos Machados; Salinas; São Francisco; Serranópolis de Minas; Varzelândia e Verdelândia.

B Vale do Jequitinhonha: Almenara; Araçuai; Bandeira; Berilo; Caraí; Chapada do Norte; Coronel Murta; Curral de Dentro; Diamantina; Divisópolis; Felisburgo; Francisco Badaró; Itaobim; Jequitinhonha; Joaíma; Jordânia; José Gonçalves de Minas; Mata Verde; Minas Novas; Medina; Novo Cruzeiro; Padre Paraíso; Ponto dos Volantes; Pedra Azul; Rio do Prado; Rubelita; Santa Maria do Salto; Turmalina e Veredinha.

### Justificativa:

O Semi-Árido Brasileiro é o maior do mundo em extensão, com uma área de 974.752 km<sup>2</sup>, abrangendo 86% do território da região nordeste e a região setentrional de Minas Gerais, onde vivem 21 milhões de habitantes em áreas urbanas e rurais (IBGE, censo 2000).

Nesta região, a insuficiência e irregularidade na distribuição de chuvas, a temperatura elevada e a forte taxa de evaporação são características que se refletem na disponibilidade hídrica, na conformação dos ambientes e nos arranjos produtivos.

Com uma diversidade enorme de ambientes e populações, convivendo com

## Relatório do projeto

suas potencialidades e fragilidades, apresenta uma realidade bastante complexa, tanto no que se refere aos aspectos geofísicos, quanto à ocupação humana e à exploração dos seus recursos naturais.

Foi exatamente o desconhecimento ou a desconsideração da complexidade do Semi-Árido que conduziu o Estado brasileiro à preconização de modelos de devolvimento inadequados e nefastos para a região, provocando desequilíbrios ambientais, desestruturação dos pilares de sustentação das atividades produtivas e reprodutivas, e agravando as condições de pobreza de suas populações, que vêm assumindo proporções de calamidade.

Na região semi-árida encontram-se os piores índices de desenvolvimento humano, com 86,5% da população nordestina vivendo em condições de pobreza e indigência e apresentando os piores indicadores sociais de mortalidade infantil, de educação e de renda per capita.

Historicamente, a situação de miséria na região semi-árida vem sendo associada às adversidades climáticas e às estiagens prolongadas, quando as chuvas são insuficientes ou irregulares para permitir a produção e a subsistência, e aumentam as dificuldades de acesso à água e aos alimentos. No entanto, esta situação é um fenômeno estrutural, sendo uma expressão das formas históricas de ocupação dos espaços e utilização dos recursos naturais, com base na concentração fundiária, na privatização das águas, na concentração da renda e do poder, culminando com a implementação de políticas públicas paliativas e compensatórias, além de inadequadas para a solução dos reais problemas do semi-árido.

Esta situação está refletida e reproduzida no Semi-Árido mineiro, que corresponde a 34% da área territorial do estado de Minas Gerais, compreendendo o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha.

A região é composta, na sua grande maioria, de municípios de pequeno porte com baixos índices de desenvolvimento humano. Com exceção do município de Montes Claros considerado município de porte médio e pólo regional os demais municípios selecionados para serem beneficiados com este projeto apresentam uma precária infra-estrutura, altos índices de analfabetismo e baixos indicadores sociais de qualidade de vida. Quando se trata da zona rural e suas populações tradicionais, sem exceção, a situação é ainda mais agravante.

Convivendo com os impactos ambientais provocados pelo modelo desenvolvimentista em curso da região, vêm assistindo secamento de suas fontes de água, advindo por uma progressiva diminuição da recarga dos aquíferos freáticos e subterrâneos; ao cerceamento do acesso e uso das terras; à desestabilização de seus sistemas produtivos; e sendo submetidos a constantes situações de insegurança alimentar e nutricional.

Além disto, as comunidades rurais tradicionais são quase totalmente desprovidas de equipamentos sociais para atendimento às necessidades básicas de suas populações, como exemplificaremos a seguir, a partir de dados e informações obtidos em diagnósticos realizados pela entidade proponente e as co-executoras em suas áreas de atuação, através de pesquisas de campo e dados estatísticos de fontes secundárias.

Com relação ao acesso e abastecimento d'água, na zona rural destes municípios predominam as moradias com acesso restrito à água, se considerarmos que, mesmo aquelas abastecidas por poço ou nascentes têm o acesso restringido, uma vez que, a água captada em poços ou nascentes não é distribuída e os mesmos localizam-se a distâncias consideráveis das moradias. Também vale considerar que a captação e distribuição de água para consumo humano já sofrem a consequência da sua redução: em todos os municípios, tanto na zona urbana como rural, já existem períodos de

## Relatório do projeto

acionamento da quantidade e da frequência da oferta de água. Além disso, a distribuição de água canalizada em alguns dos pequenos municípios é deficitária em relação à demanda da necessidade para o consumo humano.

Outra questão relativa ao abastecimento de água está relacionada com o tratamento. A água que é distribuída por rede canalizada, na zona urbana, recebe tratamento convencional em quase todos os municípios. Para as moradias da zona rural que são abastecidas por poços ou nascentes e aquelas com acesso restrito não há nenhum tipo de tratamento da água e as condições de armazenamento são extremamente precárias: reservatórios sem tampas ou tambores e latões. Quando muito, a água recebe tratamento domiciliar através de filtros, sendo que em boa parte das moradias a água é armazenada em potes de barro sem nenhum tipo de filtragem. Esta situação é ainda mais agravante considerando que em todos os municípios selecionados os cursos de água recebem algum tipo de poluição, inclusive aqueles em que a água é captada para distribuição à população. O tipo de poluição de maior incidência é o despejo do esgotamento doméstico, seguido da disposição inadequada de resíduos sólidos (lixo); o uso de agrotóxicos ou fertilizantes e a criação de animais, especialmente a bovinocultura. Os altos níveis de contaminação das águas vêm provocando graves impactos, tanto na saúde humana, quanto na cadeia alimentar.

Diante desta realidade, as comunidades de populações tradicionais do Semi-Árido Mineiro e suas organizações sócio-políticas, apoiadas pelos movimentos sociais e entidades de assessoria, vêm construindo propostas e desenvolvendo ações exemplares de intervenção nesta realidade que possam contribuir para a melhoria das suas condições de vida.

Propõe a implementação e consolidação de Políticas Públicas adequadas para a região, com foco no acesso a terra e à água; no desenvolvimento de tecnologias alternativas e apropriadas para captação e armazenamento de águas fluviais e pluviais, que contribuam para a melhoria da oferta hídrica na região; no acesso e melhoria dos serviços sociais básicos; na educação para convivência com o Semi-Árido, reconstruindo valores, concepções e práticas; no fortalecimento da agricultura familiar; através de incentivo a produção, beneficiamento e comercialização justa dos seus produtos agrícolas e não agrícolas, resgatando uma vida digna nesta região.

A estratégia de captação de água de chuva, de acordo com o artigo II do FIDRO:SEMAD que aborda acerca da racionalidade, de controle erosivos e prevenção de inundações, é uma das opções tecnológicas opção que compreende os itens previstos neste artigo, como os processos de racionalização das fontes de água da comunidade, uma vez que ao armazenar 16.000 litros de água há um aumento da oferta hídrica para as famílias. Aliado a este resultado podemos relacionar esta ação com a diminuição;controle dos processos erosivos locais. Toda esta água de chuva captada pelas cisternas poderia aumentar os riscos para inundações.

É neste contexto que se insere o presente projeto, quando com o mesmo se busca atingir e contemplar mais 2.500 famílias com cisternas domiciliares, diminuindo significativamente o déficit de pessoas que não têm acesso garantido a água de qualidade, num significativo e expressivo trabalho de inclusão social, antes nunca visto.

Além do mais este projeto inova quando pretende, numa experiência piloto, iniciar a construção de cisternas em escolas rurais não abastecidas pelos sistemas de fornecimento de água, o que faz com que as escolas, em determinadas épocas, não funcionem por falta de água para consumo das crianças.

## Relatório do projeto

O debate do abastecimento das escolas com cisternas foi levantado pelo Pacto Nacional pela Criança e Adolescente no semiárido e pelo CONSEA Nacional, quando em plenária em Recife debateu este problema, havendo na época compromisso dos Governos, através, de se envolver em sua solução. Serão, assim, 100 cisternas em escolas públicas rurais.

Com as cisternas domiciliares e aquelas das escolas com certeza garante-se a melhoria da qualidade de vida das pessoas que bebem e cozinham com a água da chuva armazenada nas cisternas. Dados da Embrapa e de outras instituições de pesquisa comprovam que houve melhoria nas condições de saúde das pessoas que tomaram a água das chuvas, armazenada nas cisternas. As pesquisas compararam os dados da água das cisternas com a água dos barreiros e das barragens, comumente usada pelas pessoas do meio rural. Nesse contexto, entende-se que as cisternas construídas pela parceria ASAMINAS/IDENE/FIDRO/SEMAD trazem novas perspectivas e criam novos de laços de troca, solidariedade e reciprocidade entre as famílias do meio rural. Já são visíveis as mudanças nas comunidades com cisternas: as pessoas pintam as casas, se organizam e constroem banheiros em mutirão, instalam energia elétrica, constroem igrejas e se mobilizam para buscar alcançar novos objetivos comuns.

Ao lado dos argumentos políticos e sociais que acima elencamos, há igualmente aqueles de ordem técnica que justificam este investimento.

A proposição deste conjunto de ações também vai além das obras físicas, uma vez que a execução deste projeto pressupõe o envolvimento dos beneficiários em todas as etapas e sua inserção numa ampla rede social, utilizando metodologias participativas, que visam contribuir com uma construção de conhecimentos para o exercício da cidadania e co-participação das comunidades na gestão de seus projetos, criando oportunidades para que as suas organizações de base e representativas desenvolvam aprendizados e exercitem habilidades de administração e utilização de recursos públicos.

Concluindo esta justificativa, ainda vale ressaltar que as experiências desenvolvidas com a tecnologia proposta e as metodologias utilizadas pela rede constituída no Semi-Árido Brasileiro e Mineiro, têm apresentado resultados altamente satisfatórios e impactos bastante positivos na melhoria da qualidade de vida das famílias. O acesso ao armazenamento de água potável e tratada para atendimento de suas necessidades vitais: bebida humana e animal, preparo de alimentos, higiene pessoal e domiciliar e, muitas vezes, incremento na produção de alimentos e plantas medicinais, através do melhoramento dos quintais, contribui significativamente para redução das condições de insegurança alimentar e nutricional e com medidas de proteção à saúde.

## Área Abrangência:

O presente programa está sendo proposto para ser implantado junto a 2.500 famílias rurais, localizadas em 64 municípios do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, região caracterizada como o Semi-Árido Mineiro.

## A O NORTE DE MINAS

Do ponto de vista ecogeográfico, a região do Norte de Minas caracteriza-se como uma ampla faixa de transição, entre uma vegetação típica do Planalto Central Brasileiro os Cerrados e as formações que fazem contato com a Caatinga, vegetação típica do semi-árido Nordeste. Em função das mudanças de altitude e linhas de drenagem vão se formando as áreas de domínio, ora do cerrado, ora da Caatinga, se entrelaçando e conformando complexos e variados ecossistemas de transição.

## Relatório do projeto

As áreas de domínio dos Cerrados são compostas por diversos ambientes que as populações regionais classificam como sendo cerradão, gerais, vazantes, veredas, barrancos e zonas de transição com a caatinga. Destacam-se como unidades fitofisionômicas tanto pela sua grande expressividade, quanto pelo percentual de áreas ocupadas, entremeadas por formações de florestas, várzeas, campos rupestres e outras. As áreas de domínio da Caatinga possuem, regionalmente, duas formações vegetais: a caatinga arbórea situada no vale do Rio Verde Grande, e a caatinga arbustiva situada no mesmo vale, já na fronteira com a Bahia. O domínio da Caatinga tem uma fisionomia de deserto, com índices pluviométricos muito baixos (500-700 mm anuais), com temperaturas médias entre 24 e 26 graus, que pouco variam durante o ano. Além dessas condições climáticas rigorosas, a região das Caatingas está submetida a ventos fortes e secos, que contribuem para a aridez da paisagem nos meses de seca. Neste período, o sol forte acelerada evaporação da água das lagoas e rios que, nos trechos mais estreitos, secam e param de correr (CAA/NM, Avaliação Ambiental Integrada, 2006).

Este é um território de encontro entre as bacias do Rio São Francisco, Jequitinhonha e Pardo de Minas, ao mesmo tempo de encontro e confronto de um conjunto diferenciado de histórias de ocupação econômica, políticas de desenvolvimento e sistemas de conhecimento. Aqui, a agricultura familiar subsiste e permanece ocupando a maioria absoluta da população rural de Minas Gerais. De um total de dois milhões de pessoas ocupadas no campo em Minas, 1.294.000 encontram-se absorvidas pela agricultura familiar, sendo que 250.000 estão na região Norte de Minas (IBGE, 1995/96).

A compreensão das populações nativas sobre o regime das secas e o regime das águas, e as estratégias desenvolvidas fazem parte da convivência estreita estabelecida ao longo dos séculos, frente aos limites e potencialidades agroecossistêmicas, garantindo a sobrevivência de seus sistemas agroalimentares e condições de reprodução social.

Porém, os programas e projetos de desenvolvimento agropecuário implementados desconsideram estas relações, introduzindo sistemas depredatórios do ambiente, com altos gastos energéticos e de insumos. Relações causais equivocadas entre seca e pobreza fizeram parte de discursos modernizadores, que embasaram a implantação de grandes projetos empresariais subsidiados por políticas governamentais, que serviram para a reprodução de uma sociedade desigual baseada em privilégios de acesso aos recursos e relações clientelísticas, inaugurando a dependência estreita entre agricultura e indústria, sob o paradigma do capital.

O desmatamento de extensas áreas de cerrado para implantação da monocultura do eucalipto; os grandes projetos de pecuária de corte e de irrigação com uso intensivo de agrotóxicos; a construção de grandes barragens; e a extração intensiva de argila nos cursos dos rios, foram pilares detonadores de um enorme impacto ambiental e da desestruturação da agricultura familiar e do extrativismo na região. Assiste-se a um empobrecimento crescente na região e são instaurados processos conflituosos entre as elites econômicas e políticas e as populações tradicionais, que vivenciam restrições de acesso à terra e à água, apresentando os mais baixos índices de desenvolvimento humano (conforme descrito na justificativa deste projeto).

Assim, encontra-se em curso no Norte de Minas uma crescente movimentação das populações tradicionais, suas organizações representativas e organizações sociais de apoio e assessoria, entorno da em defesa da recuperação, preservação ambiental e da proteção dos nossos ecossistemas e biomas; e para a construção e negociação de propostas que possam dar sustentação e fortalecer as lutas sociais para o enfrentamento das relevantes questões que

## Relatório do projeto

impactam a vida das comunidades; e para reivindicações da realização de direitos humanos essenciais; dentre as quais destacaremos algumas no Capítulo VI deste projeto.

## B O VALE DO JEQUITINHONHA

A região do Alto e Médio Jequitinhonha, área de abrangência deste projeto, localiza-se no nordeste de Minas Gerais. Tem um relevo marcado por espaços distintos, mas ao mesmo tempo complementares: grotas e chapadas. As grotas são as meias encostas, vales de áreas úmidas e frescas onde se localizam, na maior parte das vezes, as nascentes d'água. Em contraposição às grotas estão as chapadas: grandes extensões de terras planas e elevadas, espigões naturalmente pouco férteis, com escassas fontes de água.

Neta região, os laços de parentesco construíram as comunidades rurais: são herdeiros de ancestrais comuns que iniciaram o povoamento da localidade. A descendência articula-se a um território e este condensa a diversidade de ambientes, o que faz com que a região possua um regime agrário muito peculiar, designado localmente como terra no bolo, no comum de uma família extensa: é uma terra de herança indivisa, sem partilha formal, dividida parcial e temporariamente por acordo entre herdeiros. Assim, combina glebas de uso privativo das famílias áreas de trabalho, de lavoura com outras de uso comunitário as soltas, os campos, os capões usadas para pastoreio do gado e extração de recursos da natureza. São áreas abertas, em contraposição aos terrenos de lavoura que são cuidadosamente cercados. Ao combinar esses dois usos trabalho e extração com apropriações privada e comunitária da terra, as famílias rurais constituíram um regime agrário relacionado com as disponibilidades ambientais e o relevo desta região.

Nas grotas, a principal baliza de localização das famílias é o acesso à água. As famílias vão se localizando próximas às fontes de água: nascentes ou córregos, de modo que disponham de água para consumo doméstico e para atividades produtivas. Começando na casa de morada, o terreno familiar se alonga de forma descontínua pelo espaço, procurando as várias possibilidades do meio: cultura, carrasco, campo, capão, chapada.

A maior parte das áreas de produção e trabalho familiar também está locada nas grotas: o terreiro onde são cultivados frutos, canteiros de plantas medicinais, flores, temperos, e onde são manejadas criações como: galinhas e porcos; as terras de cultura onde se cultiva milho, feijão, abóbora, quiabo, amendoim, andu, feijão-catador; e as áreas comunitárias de beneficiamento da produção: engenho de cana, tenda de farinha, alambique.

Essas atividades produtivas só são possíveis porque nas grotas estão as fontes d'água, que regulam as possibilidades produtivas das famílias. A proximidade com a água é fundamental para a organização da família no espaço: define o local da moradia; é crucial na estruturação do trabalho feminino porque são as mulheres as responsáveis por buscar água, e quanto mais longe a fonte mais tempo elas precisam dedicar a essa atividade e define as atividades produtivas.

Parte das chapadas que vinham sendo usadas em comum por famílias e comunidades foram desestruturadas por plantios, em larga escala, de eucalipto. Iniciado em meados dos anos 1970 como um projeto de desenvolvimento para a região, o plantio empresarial do eucalipto foi fomentado por programas públicos, por meio de créditos e benefícios fiscais. Acreditava-se que as extensas chapadas cobertas por vegetação característica de cerrado eram um vazio de pessoas e recursos naturais. Assim, foi dizimada grande parte da vegetação nativa para a implantação da monocultura de uma planta exótica, que implicou em expropriação de terras comuns e grandes impactos ambientais. A monocultura do eucalipto originou duas principais

## Relatório do projeto

consequências: a intensificação do uso da terra nas grotas e o desmatamento da vegetação nativa nos mananciais e em suas áreas de recarga.

Apesar das restrições impostas pela privatização de chapadas, as famílias de agricultores reorganizaram internamente seu sistema de produção, ampliaram alternativas como a migração sazonal, intensificaram o uso familiar das terras nas grotas e recriaram o sistema de uso comum nas chapadas remanescentes.

Sempre que se referem ao Vale do Jequitinhonha, o mesmo é associado à seca e à fome. Assim, com o decorrer do tempo, e principalmente depois dos anos 1960, a intermitência das secas direcionou uma série de ações públicas emergenciais para facilitar o acesso à água na região. Foram usadas alternativas como a perfuração de poços artesianos, a construção de barragens de perenização ou captação de água em rios para paliar a escassez. Quase todas essas alternativas, com maior ou menor grau de acerto, tornaram-se importantes para o abastecimento imediato da população rural. Mas, a cada novo ciclo de seca, o problema tem que ser enfrentado novamente e drena boa parte dos recursos públicos em ações emergenciais de abastecimento de água.

Por sua vez, famílias e comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha, construíram estratégias produtivas, reprodutivas e políticas para lidar com essas situações críticas e cíclicas de escassez d'água. Criaram ao longo do tempo lógicas familiares de consumo, critérios de prioridade de uso, e técnicas de gestão comunitária de abastecimento e acesso às fontes. Aprenderam a organizar a produção pautando-a pela oferta de água, e, em casos extremos, pela ausência dela: estabeleceram uma urdidura cultural e produtiva entre famílias, espaço e água. Faltando a água de qualidade, as rotinas das famílias e comunidades rurais são profundamente alteradas. Quando nascentes secam, as famílias precisam buscar água a uma distância cada vez maior, aumentando a jornada diária de trabalho, principalmente a feminina. (Freire, 2001; Ribeiro e Galizoni, 2003).

Em situações de escassez as famílias priorizam água de nascente para consumo humano e escolhem algumas atividades produtivas que serão abandonadas no período seco. Mas essa escolha não é simples. Ela faz parte de cálculos que têm que considerar as necessidades familiares a curto, médio e longo prazo, e, parte das vezes, essas decisões imediatas têm rebatimento direto nas possibilidades futuras. Decidir sobre as prioridades de uso da água significa repensar as estratégias familiares de reprodução; principalmente, porque água é fundamental para a sobrevivência humana em dois aspectos: para beber e para produzir alimentos. Assim, se num período de estiagem mais intensa a família priorizar a água para beber significa, muitas vezes, reduzir a produção de alimentos, tendo como consequências a diminuição da renda e situações de insegurança alimentar e nutricional.

Em comunidades rurais do Vale do Jequitinhonha, as lógicas de consumo são horizontes importantes para compreender as estratégias familiares e comunitárias de gestão da água. Principalmente, nos momentos de escassez quando decisões de alocação e priorização do uso da água podem interferir fortemente em toda a estratégia de reprodução familiar, criando fissuras e dificuldades extremas para a reprodução.

Bacia Hidrográfica: Todas as bacias do Estado de Minas Gerais

Município: Águas Vermelhas ,Almenara ,Araçuaí ,Bandeira ,Berilo ,Berizal ,Bonito de Minas ,Brasília de Minas ,Caraí ,Catuti ,Chapada do Norte ,Chapada Gaúcha ,Coronel Murta ,Cristália ,Curral de Dentro ,Diamantina ,Divisópolis ,Felisburgo ,

## Relatório do projeto

### Entidades

Francisco Badaró ,Francisco Sá ,Fruta de Leite ,Gameleiras ,Glaucilândia ,Grão-Mogol ,Ibiracatu ,Indaiabira ,Itacarambi ,Itaobim ,Janaúba ,Januária ,Japonvar ,Joaima ,Jordânia ,José Gonçalves de Minas ,Juramento ,Lontra ,Manga ,Mata Verde ,Matias Cardoso ,Mato Verde ,Medina ,Minas Novas ,Mirabela ,Miravânia ,Montes Claros ,Novo Cruzeiro ,Padre Paraíso ,Patis ,Pedra Azul ,Pedras de Maria da Cruz ,Pintópolis ,Ponto dos Volantes ,Porteirinha ,Riacho dos Machados ,Rio do Prado ,Rubelita ,Salinas ,Santa Maria do Salto ,São Francisco ,Serranópolis de Minas ,Turmalina ,Varzelândia ,Verdelândia ,Veredinha

O programa ora apresentado será executado pela Cáritas Regional Minas Gerais, tendo como co-executores, o IDENE-Instituto de desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais, a Cáritas Diocesana de Januária, o CAA/NM Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas e o CAV Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, os quais são apresentados a seguir.

#### O IDENE- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS

O IDENE é uma autarquia do Governo de Minas Gerais, criada com a função de promover o desenvolvimento das regiões de baixo IDH do estado de Minas. Dispõem de 3 diretorias e 8 coordenadorias regionais, a saber: Diretoria do Norte de Minas, com sede em Montes Claros e escritórios nos municípios de Janauba, Januária, Salinas e Montes Claros; Diretoria do Vale do Jequitinhonha com sede em Diamantina e escritórios regionais nos municípios: Araçuaí, Jequitinhonha e Diamantina; e Diretoria do Vale do Mucuri com sede e escritório regional em Teófilo Otoni

#### A CÁRITAS DIOCESANA DE JANUÁRIA

A Cáritas Diocesana de Januária está sediada no município de Januária-MG e foi fundada em 21/05/1999, com o objetivo de exercer atividades de promoção e assistência social junto a famílias e comunidades da região do Médio São Francisco, no Norte de Minas Gerais. Atualmente atua em treze municípios desta região, sendo eles: Januária, São Francisco, Pintópolis, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, São João das Missões, Pedras de Maria da Cruz, Bonito de Minas, Itacarambi, Manga, Montalvânia, Miravânia e São Romão. Sua ação nesses municípios envolve diretamente 800 famílias e indiretamente 1260 famílias de agricultores familiares, sendo atendidas diretamente 600 famílias de comunidades tradicionais, 254 famílias indígenas, 375 famílias sem-terra. Também são desenvolvidas atividades específicas com 35 famílias de catadores de materiais recicláveis, 25 famílias de pescadores e 449 crianças e jovens.

Conta, em seu quadro de colaboradores, com 15 agentes contratados e 125 agentes voluntários, além da orientação eclesial de três sacerdotes e sete religiosas.

Desenvolve seus programas de trabalho junto às populações a partir de quatro linhas de atuação, a saber:

• Linha 01 Defesa e Promoção de Direitos da População em situação de exclusão social.

Nesta linha de ação são trabalhados o Programa de Defesa e promoção dos Direitos da Infância, Adolescência e Juventude e o Programa de Protagonismo Juvenil. São ações desenvolvidas junto às famílias, comunidades e escolas, buscando a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, sua reinserção social e atuação nas comunidades, com vistas a melhoria da convivência familiar e escolar e da qualidade de vida.

A defesa da vida e de um novo projeto de sociedade, a cultura da solidariedade, mística e espiritualidade são elementos presentes nas ações

## Relatório do projeto

desenvolvidas com crianças adolescentes e jovens, através do incentivo e oportunidade de participação nas atividades de luta pela terra, nos Conselhos, nos grêmios estudantis, em romarias da Terra e das Águas e outros eventos de mobilização popular e formação cidadã.

**Linha 02 - Mobilizações Cidadãs e Conquista de Relações Democráticas:**

Com esta linha de ação busca-se promover a participação e articulação das comunidades e suas lideranças em espaços de participação social e política local, regional, estadual e nacional, como Conselhos Municipais, ASA Brasil e ASA Minas, CONSEA, CRSAN Médio São Francisco, Fórum Social Mineiro, redes diversas, dentre outros. Também são realizados diversos eventos de formação temática, incluindo temas como Políticas Públicas, Segurança Alimentar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, Convivência no Semi-árido, Economia Popular Solidária, Educação Contextualizada, Gerenciamento de Recursos Hídricos, Relações Sociais de Gênero e outros.

**Linha 03 - Desenvolvimento Solidário e Sustentável.**

Esta linha de ação tem como objetivo a melhoria da qualidade de vida das populações, através do incentivo à diversificação da produção, valorização da biodiversidade, a valorização e incentivo ao cultivo e uso das plantas medicinais, bem como o incentivo ao trabalho coletivo, a intensificação dos laços de solidariedade entre as famílias, ao fortalecimento das organizações de base e de um modelo sustentável e solidário, baseado nos princípios agroecológicos e na equidade de gênero.

Tem como instrumento o Programa de Convivência com o Semi-árido, desenvolvendo tecnologias apropriadas voltadas para convivência com a seca, sendo executora do P1MC Programa Um Milhão de Cisternas (até 2007, já foram construídas 914 cisternas para captação de águas pluviais, em 24 comunidades de 07 municípios do Médio São Francisco; com capacitação de 914 famílias em gerenciamento de recursos hídricos); atuando com ações de recuperação e preservação ambiental na sub-bacia do Rio dos Cochos no município de Januária, (onde foram construídas 530 barraginhas e 02 barragens subterrâneas); implantando projetos com fundo rotativo e buscando desenvolver uma Economia Popular Solidária; incentivando a proteção ao meio-ambiente e apoiando a criação da Associação de Catadores de materiais recicláveis de Januária.

**&#61656; Linha 04 - Sustentabilidade, Fortalecimento e organização da Cáritas.**

Esta linha reúne as ações para o fortalecimento institucional da Cáritas, através da formação de seus agentes, divulgação das atividades desenvolvidas, captação de recursos e aperfeiçoamento da gestão institucional.

Para desenvolver suas linhas de ação, a Cáritas Diocesana de Januária conta com o apoio da Cooperação Internacional e vem acumulando experiências no desenvolvimento de projetos com apoio de Prefeituras (São Francisco, Chapada Gaúcha, Pintópolis e Cônego Marinho) e executando projetos governamentais como o PROSAN, PSA e PRODHASAN do Governo Estadual; P1MC, Cursos de Capacitação do SENAR e Projeto Barraginhas da Fundação Banco do Brasil, com recursos do Governo Federal.

Além disso, fazem parte das suas estratégias o uso de metodologias participativas e o estabelecimento de parcerias e alianças com as organizações populares, como os Sindicatos de trabalhadores Rurais, Associações Comunitárias e movimentos sociais diversos.

**O CAA/NM CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA DO NORTE DE MINAS.**

O CAA/NM é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, constituída como uma Associação de Agricultores e Agricultoras, que surge a nos meados da década de 80 a partir dos anseios da movimentação popular

## Relatório do projeto

no Norte de Minas e com o propósito de construir uma nova referência para a agricultura familiar e para o desenvolvimento regional. Atualmente, tem como objetivo geral a consolidação de ações afirmativas em defesa dos direitos territoriais das populações tradicionais e de promoção e irradiação do conhecimento agroecológico, com vistas ao fortalecimento dos sistemas nativos de produção, da soberania alimentar, da economia solidária e a ampliação das estratégias de conservação e uso sustentável da biodiversidade (Planejamento Institucional, 2007/ 2010).

Suas estratégias de ação estão articuladas na assessoria às lutas das populações tradicionais pela recuperação de seus territórios, a partir da formação política para defesa de direitos humanos e da articulação em redes para fortalecimento de propostas de reconhecimento identitário, de reordenamento territorial e de reposicionamento sócio-econômico; na contribuição para a consolidação e animação de redes sócio-técnicas entorno da promoção da Agroecologia e negociação de políticas para o fortalecimento da agricultura sertaneja, a partir do incremento de iniciativas locais e articulação de propostas sustentáveis; na defesa da recuperação e preservação dos ecossistemas do Cerrado e Caatinga; na articulação da ação política e técnica do CAA/NM e aprimoramento dos mecanismos de gestão, com vistas ao seu fortalecimento institucional e de seus parceiros para a proposição e negociação de políticas públicas para o desenvolvimento rural.

O conjunto de atividades realizadas se organiza em torno de orientações metodológicas em permanente construção, que vão se atualizando de acordo com a realidade em movimento, e que vem se desdobrando em contínua ampliação da sua área de abrangência.

Atualmente a ação do CAA/NM se inscreve em quatro territórios do Norte de Minas, definidos a partir da localização geográfica, mas principalmente a partir das relações sócio-culturais historicamente estabelecidas entre as comunidades de agricultores e suas organizações sociais, sendo eles: o Território Geraizeiro da Serra Geral, com 81 grupos trabalhados; o Território Geraizeiro do Planalto Sanfranciscano, que inclui aqui o município de Montes Claros com 77 grupos trabalhados; o Território Caatingueiro da Serra Geral com 96 grupos trabalhados e o Território das Planícies Sanfranciscanas (comunidades quilombolas, indígenas e vazanteiros) Para desenvolver sua atuação junto às comunidades e suas organizações, o CAA/NM organiza seus Programas de Trabalho a partir dos seguintes eixos de ação:

### A - Apoio às Populações Tradicionais e Defesa de Direitos Humanos.

Este eixo organiza e articula as ações que estão e que deverão estar sendo desenvolvidas junto às populações tradicionais, tendo como foco o apoio às suas lutas em defesa de direitos humanos essenciais (Direito Humano a alimentação adequada, com acesso a terra e água; direito à educação contextualizada; direito ao saneamento domiciliar e ambiental, dentre outros) para a publicização das suas reivindicações e para a inserção destas nas pautas políticas dos governos.

### B - Agroecologia e Redes Sócio-Técnicas.

Este eixo de ação organiza e articula as ações em torno da promoção e da disseminação do conhecimento agroecológico, tendo como estratégia a animação e consolidação de redes sócio-técnicas associadas a atividades de pesquisa e desenvolvimento e baseadas em princípios de reconstrução de conhecimentos que associem práticas seculares dos agricultores com as inovações tecnológicas que considerem demandas de aproveitamento econômico racional dos recursos locais. Tem como estratégia a formação e liberação de agricultores e agricultoras que atuam como articuladores e mobilizadores locais para uma ação mais ousada

## Relatório do projeto

nas suas comunidades, nos territórios e nos espaços de gestão social e política.

### C Gestão e Fortalecimento Institucional.

Este eixo organiza e articula a ação política da entidade e os processos de governança e administração, buscando um contínuo aperfeiçoamento dos mesmos. Busca também dar coerência e consistência aos conteúdos programáticos que articulam ações específicas nos quatro territórios e dar tratamento a componentes transversais que dão suporte para a realização das ações, tendo como foco o fortalecimento institucional: Planejamento, Monitoramento e Avaliação; Formação; Gênero e Geração; Pesquisa e Desenvolvimento; Informação e Comunicação; Articulação e Diálogo com as Políticas Públicas; Captação de Recursos; Gerenciamento Administrativo Financeiro.

As linhas de ação se desenvolvem com enfoque na participação dos agricultores e agricultoras na gestão institucional, que vem sendo ampliada e qualificada significativamente. Além das funções assumidas nos espaços de governança e administração institucional, os agricultores e agricultoras têm assumido importantes papéis de mobilização, articulação, monitoramento e acompanhamento das atividades, com resultados bastante positivos.

O CAA/NM também tem como princípio e estratégia o estabelecimento de parcerias e a articulação de suas ações e de seus parceiros em espaços mais amplos de discussão e proposição de políticas, com o propósito de investir no fortalecimento de redes de solidariedade e apoio às lutas das populações tradicionais, angariando novos parceiros e negociando pactos institucionais para articulação das ações e negociação conjunta de propostas diferenciadas para a região.

Assim, vem articulando-se em níveis locais (Associações, STRs, prefeituras e outras organizações), estadual e nacional, podendo citar a Comissão Nacional de Populações Tradicionais, CONAFLO, CONACER, Articulação Agroextrativista, Rede Alerta contra o Deserto Verde, Rede Cerrado, MST, Via Campesina, CPT, Coordenação Nacional de Quilombolas, Federação Quilombola do Estado de Minas Gerais, Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, CONSEA-MG, CRSAN do Norte de Minas, CEDRS, RESAB, Fóruns Regionais de Desenvolvimento Rural do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, AMA, ANA, dentre outros.

Aqui, vale destacar a articulação com a ASA Brasil e ASA Minas (nas quais o CAA/NM ocupa uma função de coordenação), que tem sido fecunda na problematização de temáticas relacionadas ao semi-árido, na proposição de soluções e diálogos com o Governo Federal. Através desta articulação e como Unidade Gestora do P1MC, o CAA/NM já executou (até 2007) a construção de 2.669 cisternas de placas para captação de águas pluviais, em 261 comunidades de 37 municípios norte-mineiros, mobilizando e articulando atores locais e regionais entorno desta execução e capacitando as famílias beneficiárias em gerenciamento de recursos hídricos.

Para o desenvolvimento de seus programas de trabalho, além do Conselho Diretor e Conselho Fiscal o CAA/ NM dispõe de um quadro de recursos humanos constituído por colaboradores efetivos e terceirizados, compondo uma equipe agrônomos, agrotécnicos, engenheiro florestal, bióloga, geógrafa, socióloga, agricultores e agricultoras mobilizadores; e uma equipe administrativa composta por uma secretária executiva, um administrador, uma contadora, três auxiliares administrativos e estagiários. Ainda compondo o quadro de recursos humanos, o CAA/NM conta com o apoio de agricultores voluntários em suas bases, formados nos seus processos de capacitação, técnicos de organizações parceiras e colaboradores externos, alocados em

## Relatório do projeto

outras instituições e movimentos.

Além do quadro de pessoal, conta com um escritório instalado no município de Montes Claros e uma Área de Experimentação e Formação em Agroecologia, onde são desenvolvidas atividades de produção, experimentação e formação a partir dos princípios agroecológicos, constituindo-se como importante instrumento pedagógico.

A manutenção da execução das atividades desenvolvidas pelo CAA/NM está relacionada com a sua capacidade de captação e gestão de recursos negociados com a Cooperação Internacional, bem como vem ampliando a captação de recursos públicos governamentais para apoiar e fortalecer as ações junto às comunidades tradicionais, o que vem oportunizando aprendizado e acúmulo de experiência com a gestão e execução dos convênios e contratos firmados.

Em relação à elaboração e negociação de projetos voltados para o apoio a agricultura sertaneja e uso sustentável do cerrado e caatinga, foi obtido sucesso nas negociações e ampliação de parcerias importantes para apoio direto aos grupos trabalhados, através de projetos conveniados principalmente com o Governo Federal, tais como: Plano de Consolidação do Assentamento Tapera (INCRA), Implantação de Sistemas Agroflorestais em Rio Pardo de Minas (PPP/ FNMA), Reconstrução Agroalimentar em Comunidades Tradicionais (MDS), Programa de Aquisição de Alimentos dos Agricultores Sertanejos (CONAB), Apoio ao processo de dinamização econômica em quatro territórios de Minas Gerais (MDA/ SDT), Consolidação de uma rede sócio-técnica para o Desenvolvimento e promoção de produtos agrícolas nos Cerrados de Minas Gerais (ISPN/ PNUD), Gestão Ambiental Rural no Território da Serra Geral (FAO/ MMA), Execução e Acompanhamento de projetos agroextrativistas no Norte de Minas (CEX/ MMA), Barraginhas(FBB), Apoio à cultura do café sombreado em Rio Pardo de Minas (FNMA).

Um fator importante foi a habilitação do CAA/ NM como Agência Implementadora da CEX e da CONAB no Norte de Minas, o que possibilita uma maior articulação entre os grupos trabalhados e suas demandas, bem como uma maior influência na proposição de ações e investimentos coerentes com a realidade do agroextrativismo familiar e coletivo.

### O CAV - CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA VICENTE NICA

O CAV surge a partir da maturação de propostas de mobilização sindical e defesa ambiental da região do Alto Jequitinhonha, principalmente pela intervenção cada vez mais significativa do STR de Turmalina nas condições produtivas e reprodutivas da agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha. Buscavam-se formas de melhorar as condições de sobrevivência das famílias de agricultores, que respeitassem o meio-ambiente, elevassem renda e propiciassem melhoria na sua qualidade de vida. Foi com esses propósitos que o STR propôs e chegou à constituição do CAV.

A organização atua em sintonia com o movimento sindical da região, articulando-se com a ASA Brasil e ASA Minas, CONSEA-MG, AMA, Agência MESOVALES, CBH Araçuaí e Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável. Seu método de ação é baseado em três pilares: os grupos de trabalho (GTs), os sistemas agroflorestais (SAFs) e os monitores.

Os GTs são organizações de base compostas por agricultores e agricultoras interessados num determinado tema, os quais são articulados em estratégias de formação, visando a excelência no tema de trabalho; entre os GTs destacam-se: apicultura, comercialização, fruticultura e quintais domésticos.

Os SAFs consistem no uso agrícola dos recursos da própria vegetação nativa para recompor a fertilidade dos solos e viabilizar a produção de alimentos e frutas, plantados em consórcio com espécies nativas, ocasionando farta produção de matéria orgânica.

## Relatório do projeto

O terceiro aspecto do método é a estratégia de trabalho com monitores, sendo 33 famílias que desenvolvem SAFs em seus próprios sítios, e os mantêm como unidades de demonstração abertas à visitação e acompanhamento de agricultores e agricultoras.

Há doze anos o CAV vem atuando no Vale do Jequitinhonha, no campo produtivo e ambiental, junto às comunidades de agricultores familiares e em parceria com suas organizações e o movimento sindical dos trabalhadores rurais da região.

Conformou uma ação territorial bastante ampla, atuando de forma mais sistemática em 05 municípios (Turmalina, Minas Novas, Chapada do Norte, Leme do Prado, Veredinha) com o Programa de SAFs, o Programa de Conservação e Recuperação de Recursos Hídricos, e temáticas como Comercialização e Relações Sociais de Gênero. Também vem atuando em outros 15 municípios do Alto e Médio Jequitinhonha, coordenando o P1MC (Programa do qual o CAV é uma das Unidades Gestoras no Semi-Árido Mineiro) e articulando as ações da Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional (CRSAN) na rede do CONSEA-MG (Monte Formoso, Cachoeira do Pageú, Minas Novas, Chapada do Norte, Caraiá, Ponto dos Volantes, Padre Paraíso, Rubelita, Coronel Murta, Itinga, Virgem da Lapa, Comercinho, Jequitinhonha, Berilo, Francisco Badaró). Com a execução do P1MC na região, foram construídas (até 2007) 3.774 cisternas rurais, em 313 comunidades de 27 municípios.

Para o desenvolvimento de seus programas de trabalho, o CAV conta com o apoio da Cooperação Internacional que mantém o Programa de Apoio a Agricultura Familiar nos municípios do Alto Jequitinhonha e o Programa de Fortalecimento da Feira Livre de Turmalina. Também vem desenvolvendo experiência com a gestão de recursos públicos governamentais, a partir da execução do P1MC com o apoio do MDS.

Sua equipe conta com uma rica diversidade de experiências, obtida com as práticas acumuladas pelos agricultores e monitores, e por e processos contínuos de formação desenvolvidos pela entidade e seus parceiros. Fazem parte dela agricultores, sindicalistas, técnicos agrícolas, agrônomos e assistente social.

Às instituições parceiras nessa iniciativa caberá o acompanhamento de todas as ações desenvolvidas pela Cáritas, como o acompanhamento das equipes locais; a participação das oficinas; reuniões; encontros comunitários; oficinas de GRH; encontros microregionais e encontros regionais; a realização de visitas às comunidades no decorrer do programa; a participação e o acompanhamento em todas as etapas de implementação do Programa; o monitoramento e avaliação da execução do Programa; e por fim contribuir, juntamente com a Cáritas com a contrapartida ao Programa.

Especificamente com relação ao IDENE, caberá, também: orientar, supervisionar e cooperar com a implantação das ações propostas; acompanhar as atividades de execução, avaliando seus resultados; analisar e validar os relatórios de execução físico e financeira e a prestação de contas do presente programa.

Finalmente, é importante destacar que a entidade proponente e suas parceiras co-executoras articulam um rico tecido social com uma maturada diversidade de experiências e capacidade de mobilização popular, que lhes conferem boas possibilidades de êxito na execução do projeto aqui apresentado.

## Relatório do projeto

### Público Alvo:

O presente programa está sendo proposto para ser implantado junto a 2.500 famílias rurais, localizadas em 64 municípios do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, região caracterizada como o Semi-Árido Mineiro.

São agricultores e agricultoras familiares que ocupam variados ecossistemas da região e que foram, historicamente, conformando agroecossistemas e diversos sistemas de organização sócio-cultural e econômica, caracterizando modos de vida distintos e peculiares dos habitantes da caatinga, dos cerrados, das veredas, das ilhas e vazantes do rio São Francisco, dos remanescentes de indígenas e quilombos, além dos pescadores e mineradores. Estas categorias populacionais acumularam diferentes sistemas cognitivos, construindo estratégias sensíveis no campo produtivo e reprodutivo, para o manejo dos recursos naturais, como o aproveitamento das potencialidades de distintos habitats, o uso de variedades genéticas de plantas desenvolvidas e adaptadas aos diferentes agroambientes, no aproveitamento intrínseco da biodiversidade presente na flora nativa e da disponibilidade dos recursos hídricos.

No entanto, os programas governamentais de modernização e ajuda ao desenvolvimento ocorrido no semi-árido norte-mineiro desconsideram por completo esta diversidade de populações rurais e seus modos de vida. Pelo contrário, afetou as bases de sustentação e de reprodução social destes grupamentos humanos, promovendo a expropriação da terra, a perda de seu bioma e de sua relação tradicional com o ambiente, na qual se interpõe o capital (conforme informam estudos realizados pelo CAA/NM, CAV e CÁRITAS).

### Objetivo Geral:

Continuidade de ações afirmativas em defesa de direitos humanos das populações rurais do Semi-Árido Mineiro e de promoção da cidadania, com vistas a ampliação da oferta hídrica nesta região e do acesso a água potável, buscando o fortalecimento de seus sistemas de produção, de estratégias de recuperação, preservação e uso sustentável dos recursos naturais.

### Objetivo Específico:

Dar continuidade ao processo de mobilização e formação para convivência com a região semi-árida, através da construção de 2500 cisternas e seus processos correlatos;

Ampliar a construção de cisternas domiciliares, propiciando o acesso à água potável para cerca de 15 000 mil pessoas do meio rural;

Desencadear um trabalho inovador, com a capacitação de alunos, professores e funcionários e a construção de 100 cisternas em escolas públicas do meio rural.

### Metodologia:

A experiência acumulada pela Cáritas Regional Minas Gerais, pela Cáritas Diocesana de Januária, pelo CAV e CAA/NM vêm se pautando pelo desenvolvimento de estratégias metodológicas que possam promover sinergias positivas em torno da dinâmica sócio-política encontrada nas realidades em movimento, buscando sempre respeitar e valorizar o conhecimento das populações e estimular o debate permanente, a partir do diálogo e aprendizado em meio ao público trabalhado. As ações são orientadas para a visibilização, valorização, autonomia e fortalecimento das iniciativas populares, para a constituição de vínculos solidários e para a construção de redes sociais que contribuam na execução das atividades, no acompanhamento e no controle social.

Assim, são construídas metodologias encorajadoras de ações posteriores

## Relatório do projeto

protagonizadas pelos agricultores e suas organizações, que conduzam a busca da compreensão de suas dinâmicas, numa perspectiva multidimensional e com uma postura pedagógica horizontalizada. Busca-se uma construção compartilhada dos conhecimentos e das metodologias, que possibilitem sua apropriação pelos atores envolvidos nos processos e a irradiação desses conhecimentos.

Para a execução deste projeto, está sendo proposta a adaptação da metodologia que é utilizada para a execução do P1MC Programa Um Milhão de Cisternas -, e que vem sendo praticada pelas organizações que compõem a ASA Brasil, desde 2001, e que já construíram, até outubro/ 2010, 295.000 cisternas no Semi-Árido Brasileiro.

Tal metodologia tem como princípio a participação da sociedade civil organizada em todas as etapas da execução do projeto e no controle social, e uma concepção educativa que possibilita a construção de uma visão ampliada sobre as possibilidades de convivência das populações com o Semi-Árido, observando princípios de sustentabilidade ambiental e sócio-econômica. Para animação dos processos são indicadas organizações da sociedade civil com capilaridade social e capacidade administrativa, que recebem a denominação de UGC Unidade Gestora Central e GM Unidade Gestora Microrregional , além da constituição das CEM - Comissões Executivas Municipais, com participação de representantes das comunidades a serem beneficiadas e de organizações sociais presentes no município. Entre as organizações componentes da CEM, uma deverá ser indicada para se constituir enquanto UEL Unidade Executora Local, para coordenação e acompanhamento da execução do projeto nas comunidades do município, registro das informações e conexão com as UGMs.

No contexto do projeto que está sendo apresentado, as entidades co-executoras já estão constituídas como UGMs do P1MC e acumulam significativa experiência com esta metodologia, conforme explicitação constante do capítulo seguinte. Também já existem CEMs e UELs constituídas e capacitadas na maior parte dos municípios selecionados para serem beneficiados com este projeto.

Também constam nesta metodologia os procedimentos para controle social: registro da realização das metas físicas e financeiras e elaboração de documentos para publicização; encontros microrregionais e regionais para monitoramento e avaliação da execução das ações.

Sendo assim e considerando que a organização já instalada e a experiência acumulada pelos atores sociais envolvidos na proposta são fatores favoráveis para o alcance dos objetivos estabelecidos, apresentamos a seguir as etapas e os instrumentos metodológicos que deverão orientar a sua execução.

Do ponto de vista metodológico podemos considerar a execução deste projeto com efeito multiplicador que dissemina práticas de uso sustentável da água de chuva, uso racional das fontes de água das comunidades incluídas. As opções definidas para os processos de formação que se inicia desde a composição da CEM até a família envolvida no projeto e com uso de materiais didáticos adequados para a realidade destas famílias devem garantir este efeito multiplicador.

### ETAPAS, INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS E ATIVIDADES PREVISTAS.

Etapa 1 Mobilização comunitária, seleção e cadastramento de famílias.

Nesta etapa, as CEMs deverão selecionar as comunidades a serem beneficiadas com a construção das cisternas, a partir de critérios pré-definidos nas

## Relatório do projeto

instâncias instituídas para deliberação (reuniões da ASA Brasil e Minas, Fóruns Regionais de Desenvolvimento e CEMs) e mobilizar as organizações comunitárias para a identificação de potencialidades e carências locais dos recursos hídricos. Neste momento, com a participação de representantes comunitários, os critérios pré-definidos poderão ser re-avaliados, de acordo com especificidades das realidades locais e níveis de demanda das famílias para investimentos em tecnologias que propiciem o acesso e armazenamento da água para suas necessidades vitais. Considerando os principais critérios estabelecidos são priorizadas: (a) famílias lideradas por mulheres; (b) famílias com maior número de crianças na faixa etária de 0-6 anos; (c) famílias com crianças na faixa etária de 7-14 anos, matriculadas em escolas; (d) famílias com membros idosos (idade superior a 65 anos); (e) famílias com membros portadores de necessidades especiais; (f) famílias com renda per capita menor ou iguala meio salário mínimo, excetuando aposentados e pensionistas. Estas atividades serão assessoradas pelos animadores contratados pelas UGMs que, junto com as UELs, efetuarão o cadastramento das famílias e orientarão a constituição de Comissões Comunitárias para acompanhamento da construção das cisternas nas comunidades e mobilização das famílias para participação nos eventos a serem realizados nas comunidades.

Serão igualmente selecionadas 100 escolas públicas do meio rural que tenham uma área média de cobertura de 130 metros quadrados e sem abastecimento regular de água potável.

### Etapa 2 Capacitações

Os processos de capacitação serão coordenados e ministrados pelas UGMs, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de habilidades dos atores locais para a execução do projeto e investir na formação complementar, a partir de temas definidos na ASA e nos Fóruns Regionais, de acordo com as realidades locais, buscando aperfeiçoar as interações e qualificar as compreensões sobre a convivência com o Semi-Árido. Assim, são definidas as seguintes linhas de capacitação:

#### 2.1. Capacitação das famílias.

A totalidade das famílias selecionadas - 2.000 - para serem beneficiadas com a implantação das cisternas para captação de águas pluviais deverá receber orientações a partir de recursos de capacitação temática apresentadas a seguir:

##### a) GRH Gerenciamento dos Recursos Hídricos.

Capacitaremos 2.000 pessoas que representam as famílias selecionadas, em oficinas de dois dias em processos de convivência com o semiárido, cuidados com as cisternas, tratamento da água e doenças transmissíveis pela água. Os eventos se basearão em processos acessíveis à população, partindo dos seus conhecimentos e práticas e agregando novas dimensões, na perspectiva da construção coletiva do conhecimento. Serão realizados antes da construção das cisternas, nas comunidades selecionadas e com a mediação dos educadores formados pela ASA. Em cada curso, serão discutidos, entre outros, os seguintes temas: gerenciamento dos recursos hídricos, tratando da importância da captação do manejo da água de chuva para a melhoria das condições de vida das famílias e situando a água como um direito básico e a cisterna como uma conquista; cidadania, fazendo uma reflexão sobre a dimensão das relações políticas entre a Sociedade Civil e o Estado, com ênfase nos modelos de desenvolvimento implantados na região semi-árida, ao longo

## Relatório do projeto

da história e convivência com o Semiárido, com uma reflexão sobre as características naturais da região e as possibilidades que influenciam nas práticas de convivência sustentável.

b) Formação para a cidadania.

Serão criados momentos para reflexão coletiva sobre a dimensão histórica das relações sócio-políticas entre a população do Semi-Árido e os poderes públicos municipal, estadual e federal, e os modelos de desenvolvimento preconizados para esta região. Busca-se ampliar construir novos conhecimentos e ampliar a compreensão sobre os circuitos onde as políticas públicas são pensadas e implementadas e sobre a importância da participação das comunidades e suas lideranças nesses circuitos. É discutida, também, a dimensão dos direitos humanos fundamentais e a obrigação da sua realização pelo Estado, bem como a importância da organização comunitária e das articulações para sua reivindicação, proposição e execução de políticas públicas. Destaca-se a importância do envolvimento das famílias na gestão de seus projetos e incentiva-se a incorporação das práticas para execução do projeto que está sendo implantado.

c) Convivência com o Semi-árido.

Nos processos de capacitação são provocadas análises e reflexões sobre as características naturais da região semi-árida e da localidade, a influência que exercem na vida produtiva e reprodutiva das famílias, bem como sobre as potencialidades que existem para uma convivência sustentável. É incentivado o uso de práticas alternativas e adaptadas para a região, em especial aquelas que contribuem para a preservação e uso racional dos recursos hídricos.

Esta metodologia também prevê o procedimento de recapacitar famílias que apresentem dificuldades na apropriação das técnicas orientadas para tratamento da água e manejo das cisternas. Assim, neste projeto está sendo proposta a recapacitação de outras 600 famílias, que já foram beneficiadas com as cisternas em outras etapas do Programa Um Milhão de Cisternas.

Este processo de recapacitação também tem o propósito de monitorar os resultados da implementação das cisternas e dos processos de capacitação, como: qualidade técnica das construções; manutenção da qualidade da água armazenada; e a gestão que as famílias conseguem fazer sobre o uso dos recursos hídricos disponíveis.

## 2.2. Capacitação das CEMs - Comissões Executivas Municipais

Na quase totalidade dos municípios selecionados para a execução deste projeto já existem CEMs constituídas e capacitadas, com experiência acumulada na execução de projetos desta natureza. Neste sentido, cumpre a pertinência de dar continuidade aos processos de capacitação tendo em vista o importante papel destas comissões, enquanto co-responsáveis pelo processo de seleção de comunidades e famílias a serem beneficiadas, pela organização de processos de acompanhamento, monitoramento, avaliação e publicização dos resultados das ações executadas.

As Comissões municipais participam ativamente do processo de seleção das famílias, organização dos eventos e acompanhamento das construções com as equipes técnicas das UGM. Espera-se o aumento do nível de participação das comissões e a interação delas com as comissões comunitárias e as famílias. Serão elaborados documentos, ferramentas e procedimentos que possam ampliar a capacidade operacional e política, pois são essas instâncias que atuam diretamente em todas as etapas, em parceria com as famílias, os fornecedores e as UGMs.

Com as demais CEMs, as UGMs deverão coordenar os processos de

## Relatório do projeto

capacitação e revitalização, bem como fornecer orientações metodológicas para a execução do projeto aqui apresentado.

### 2.3. Oficinas com as UGMs para Planejamento e Monitoramento.

Estas oficinas fazem parte do ciclo de capacitação proposto na metodologia adotada e têm o propósito de fortalecer as relações entre a entidade proponente, que se constitui como UGC Unidade Gestora Central - e as UGMs Unidades Gestoras Microrregionais, realizar planejamentos conjuntos e monitorar a execução do projeto. São importantes momentos para identificação de elementos potenciais e limitantes, saneamento de dificuldades encontradas e proposição de soluções que garantam a agilidade da execução do projeto e o alcance dos objetivos. Deverão contar com a participação dos coordenadores das instituições e equipes executoras dos projetos. Também compete às UGMs a sistematização das informações obtidas nos processos de monitoramento e avaliação, bem como a elaboração de prestação de contas da execução física e financeira do projeto. A proposta é a apresentação de relatórios trimestrais de prestação de contas ao órgão financiador, aos quais deverão ser anexados os Termos de Recebimento das obras executadas.

### 2.4. Oficina de aperfeiçoamento em técnicas de confecção de bomba manual.

As bombas manuais são pequenos acessórios que garantem a boa qualidade da água, ao evitar o manuseio direto da mesma ao ser retirada da cisterna. As bombas manuais são, hoje, um acessório indispensável nas cisternas, pois proporcionam segurança para as famílias e aumentam a possibilidade de manutenção da limpeza da água, porque permitem com que as cisternas fiquem tampadas, evitando a contaminação da água. Para treinar os jovens das comunidades, serão realizadas 3 oficinas com os jovens instrutores das 3 UGMs, para trocarmos experiências e adotarmos novas técnicas e práticas.

### 2.5 - Capacitação de pedreiros em construção de cisternas domiciliares

Serão realizados 6 cursos para formação de novos pedreiros nas microrregiões. Nestes cursos serão debatidas, demonstradas e praticadas novas técnicas e práticas de construção, bem como novos materiais e estratégias de trabalho nas comunidades. A metodologia participativa dos eventos vai inserir os pedreiros nas dinâmicas do projeto, ampliando o quadro de profissionais nos municípios e conseqüentemente a capacidade operacional das UGM.

### 2.6 - Capacitação de pedreiros em construção de cisternas escolares.

Trata-se de um componente novo e inovador. Serão realizadas 03 oficinas com grupos de pedreiros de várias microrregiões para discutirmos sobre as técnicas de construção de cisternas de 52 mil litros. Os cursos vão ser feitos de forma teórica e prática, para formarmos novos pedreiros nas microrregiões. A metodologia participativa dos eventos vai inserir os pedreiros nessa nova dinâmica do projeto, ampliando as possibilidades de trabalho no meio rural e a oferta de água potável para os alunos da rede pública.

### 2.7 - Formação de multiplicadores em gestão de cisternas escolares.

Trata-se, igualmente, de atividade inovadora e nova. Serão 03 oficinas com os multiplicadores de UGMs que, por sua vez, serão responsáveis pelos processos

## Relatório do projeto

de formação e capacitação dos professores, funcionários e alunos das escolas. Nesses eventos trataremos da gestão das cisternas e da água de chuva, em cada comunidade escolar. Também serão feitas trocas das experiências vivenciadas nas microrregiões, como a avaliação do material didático usado nos cursos com as famílias. Esse é um trabalho inédito e deve ter continuidade para melhorarmos os processos de capacitação em todas as escolas públicas do meio rural, como uma estratégia de inserirmos os professores, funcionários e alunos nas discussões sobre convivência com o Semiárido e nas dinâmicas do projeto.

#### 2.8 - Capacitação de professores, gestores escolares e comunidade escolar.

Esta é também atividade estratégica nova. É inédita nas dinâmicas do projeto e faz parte do processo de construção de cisternas nas escolas públicas do meio rural. Serão capacitados os professores, gestores, funcionários e alunos das escolas em técnicas e práticas de manejo das cisternas e da água de chuva armazenada. Os eventos deverão provocar a troca de conhecimentos sobre o uso da água das cisternas na melhoria da qualidade da merenda escolar e serão mediados pelos multiplicadores formados com recursos desse projeto.

#### Etapa 3 - Construção de Cisternas

3.1 - Construção de cisternas domiciliares: as cisternas serão construídas pelas famílias selecionadas e capacitadas e os pedreiros formados pelo projeto. Cada cisterna tem capacidade para armazenar 16 mil litros de água, volume suficiente para abastecer uma família de até seis pessoas, no período de estiagem, que pode chegar a oito meses.

Em todas as cisternas serão instaladas bombas manuais para retirada da água; placas de identificação; calhas; tampas; coadores; telas de proteção e cadeados e serão georeferenciadas.

Serão construídas mais 2.000 mil cisternas, em dezoito meses, por 3 Unidades Gestoras Microrregionais (UGM).

3.2 - Construção de cisternas escolares: além das cisternas domiciliares, serão construídas 100 cisternas em escolas públicas do meio rural, para armazenar água de chuva que será usada pelos alunos, professores e funcionários para o consumo humano de beber e cozinhar. As cisternas serão construídas por pedreiros das próprias comunidades, formados com recursos desse projeto e o principal objetivo é melhorar a qualidade da água e da merenda escolar.

Todos estes procedimentos estarão sendo coordenados pelos Animadores contratados pelas UGMs, com o apoio das CEMs e das UELs. Ao final da execução das obras, os Animadores deverão visitar cada família, verificar a qualidade do trabalho executado, fotografar a família e sua obra, e recomendar a formulação do Termo de Recebimento, que deverá ser assinado pela família no ato da entrega da obra (que é sempre celebrada e comemorada com iniciativas muito próprias de cada comunidade).

#### Etapa 4 Custeio da UGC e UGMs.

Faz parte da estratégia metodológica o investimento no fortalecimento institucional das Unidades Gestoras (Central e Microrregionais), tendo em vista o aumento da sua capacidade operacional para dar conta da dinâmica do Programa e do projeto a ser executado. Assim, a UG, neste caso a Caritas Brasileira Regional; Minas Gerais deve contar com profissionais com perfil para dedicação exclusiva ao projeto, encarregando-se da sua capacitação metodológica. Além disso, de acordo com o perfil de cada entidade, é preciso prever assessorias especializadas e aporte estrutural e administrativo.

## Relatório do projeto

Como a proposta do projeto é uma ação em rede e com inúmeros aportes de contrapartidas (da ASA Brasil, ASA Minas, Unidades Gestoras, CEMs, UELs e das próprias comunidades), o apoio de projetos específicos para o fortalecimento institucional procura verificar as fragilidades momentâneas das entidades executoras, tendo em vista o incremento às possibilidades de êxito do projeto a ser executado. Desta forma, o apoio solicitado para execução deste projeto está focado na necessidade de contratação de quadro de pessoal, conforme orçamento em anexo complementação do quadro de pessoal da UGC e de custeio das atividades-fim a serem executadas pela UGMs neste caso, a Caritas Diocesana de Januária, CAA;NM e CAV.

### Etapa 5 Eventos para Avaliação e Monitoramento do Projeto

O mecanismo de controle social praticado pelo projeto é composto por um ciclo de encontros de avaliação que envolve todas as instâncias da ASA, desde aquelas situadas na própria comunidade/município/região, até aquelas de nível nacional.

Além do monitoramento local da execução do projeto, serão realizados seis Encontros Microrregionais e um encontro estadual para avaliações dos resultados e impactos de sua execução. Deverão participar destes Encontros representantes das entidades gestoras e executoras; representantes das comunidades beneficiadas; parceiros da ASA Minas; representantes das comissões municipais e comunitárias; agentes multiplicadores/educadores em GRH, pedreiros e confeccionadores de bombas; representantes do financiador do projeto.

Nestes encontros são propiciadas oportunidades para intercâmbio das experiências vivenciadas, localizando potencialidades e limitações, bem como os impactos que vêm sendo gerados com a execução das ações.

5.1- Encontros Microrregionais: são as reuniões de avaliação que visam promover a interação entre as pessoas e instituições dos municípios de cada microrregião, incentivando o fortalecimento da rede ASA e das dinâmicas políticas do projeto. Serão realizados 8 eventos, sendo 01 em cada microrregião, para discutirmos sobre os princípios, parâmetros e prazos do projeto bem como os resultados alcançados e o papel das UGM e das Comissões Municipais e Comunitárias na mobilização, capacitação e construção de cisternas.

5.2 - Encontro Estadual: nesse evento realizaremos trocas de experiência entre os agricultores, os técnicos e as organizações sociais que atuam em rede e discutiremos as relações políticas criadas em cada estado, os resultados alcançados no âmbito do projeto, os necessários redirecionamentos e as perspectivas para o futuro.

Nesse evento promoveremos o diálogo com o Governo e Minas, através da SEMAD/IGAM e com outros parceiros, a partir da avaliação sobre os principais avanços e desafios e os resultados alcançados no âmbito do projeto

5.3 - Encontro de Monitoramento e Avaliação das cisternas escolares: realizaremos 02 encontros para avaliarmos os resultados da experiência inédita de mobilização e construção das 100 cisternas em escolas públicas rurais. Participarão desses encontros professores, merendeiras, gestores, pais, alunos das escolas, além dos coordenadores estaduais, das equipes técnicas das UGMs e gestores técnicos do Governo do Estado SEMAD/IGAM.

Os resultados desses eventos de avaliação poderão sinalizar a continuidade do processo de construção de cisternas em escolas rurais no âmbito do projeto. Acredita-se que a partir dessa primeira experiência, novas escolas poderão ser beneficiadas, ampliando-se, assim, as perspectivas de melhoria das condições de saúde das pessoas do meio rural.

## Relatório do projeto

## 6- Comunicação

Muitas das situações de escassez e indigências vivenciadas pela população do Semiárido são agravadas pela falta de informação e de comunicação, em todos os âmbitos e níveis. A ASA entende que uma alternativa para democratização da informação e construção de conhecimentos calcada nas políticas de convivência com o Semiárido deve motivar a participação das pessoas para a formulação de idéias. E é a partir da utilização e apropriação de meios, que envolvam, de fato, a sociedade em geral, permitindo que esta se reconheça e se valorize enquanto homens e mulheres, com sonhos e ambições legítimas, em tudo que falam e escutam.

Acreditando na força da comunicação para o êxito do Projeto propõe a alocação de recursos para possibilitar a troca de informações entre a população e as instituições parceiras. Isso se dá com a construção de informações relevantes que contribuam para o processo de formação de opinião, integrando e envolvendo líderes comunitários dos movimentos sociais, na perspectiva da utilização da comunicação educativa, tendo como mote principal a convivência com o Semiárido.

Resultado Esperado:	2.500 famílias com acesso facilitado à água de boa qualidade
	2.500 famílias mobilizadas, capacitadas e adotando práticas sustentáveis de uso e conservação dos recursos hídricos;
	100 Escolas Rurais com acesso facilitado a água de boa qualidade, beneficiando em torno de 5.000 crianças, jovens e adolescentes;
	Melhoria nas condições gerais de alimentação e saúde das famílias, com redução dos níveis de insegurança alimentar e nutricional;
	Aumento das capacidades das organizações das populações rurais para execução e gestão de seus projetos, e para a mobilização entorno das suas lutas por direitos sociais básicos e preservação dos seus ecossistemas e biomas.

Data Início:	01/03/2011
Data Término:	01/03/2013
Proponente:	Simone
Protocolo:	88120101112
Status:	AGUARDANDO DOCUMENTAÇÃO
Número:	-
Versão:	1
Data Envio:	12/11/2010

## Relatório do projeto

Analista -

Data Atribuição: -

Cronograma de execução:

Meta	Etapa	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Un.	Quant.	Início	Término
1	1.1	Cadastramento e seleção de famílias	unid	2500	01/03/11	31/12/12
2	2.1	Capacitação de Famílias em GRH	unid	2500	01/03/11	31/12/12
2	2.2	Capacitação de Comissões Municipais	unid	15	01/04/11	30/06/12
2	2.3	Capacitação de Pedreiros Cisternas 16 Mil Litros	unid	6	01/04/11	30/06/12
2	2.4	Capacitação em Confeção de Bombas Manuais	unid	3	01/10/11	30/06/12
2	2.5	Capacitação de Pedreiros Cisternas Escolar	unid	3	01/10/11	30/06/12
2	2.6	Oficina de Formação de Multiplicadores em Gestão de Cisternas Escolares	unid	3	01/04/11	31/10/11
2	2.7	Oficina de Capacitação de Professores, Gestores Escolares e Comunidade Escolar	unid	100	01/10/11	31/07/12
3	3.1	Cisterna 16 Mil Litros	unid	2500	01/04/11	01/03/13
3	3.2	Cisterna Escolar 52 Mil Litros	unid	70	01/10/11	01/03/13
4	4.1	Custeio do Projeto - UGC - Unidade Gestora Central - Pessoal	mes	24	01/03/11	01/03/13
4	4.2	Custeio do Projeto - UGC - Unidade Gestora Central - Custeio Fixo	mes	24	01/03/11	01/03/13
5	5.1	Encontros Microrregionais	unid	8	01/03/11	01/03/13
5	5.2	Encontro Estadual	unid	2	01/03/11	01/03/13
5	5.3	Encontro de Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Cisterna Escolar	unid	2	01/03/11	31/07/12
5	5.4	Oficinas de PMA	unid	4	01/03/11	01/03/13
3	3.3	Cisterna Escolar 30 Mil Litros	unid	30	01/10/11	01/03/13
4	4.3	Custeio do Projeto - Viagens e Estadas	mes	24	01/03/11	01/03/13
4	4.4	Custeio do Projeto - UGM - Unidade Gestora	mes	24	01/03/11	01/03/13

## Relatório do projeto

### Microrregional - Pessoal

4	4.5	Custeio do Projeto - UGM - Unidade Gestora Microrregional - Custeio Fixo e Variável	mes	24	01/03/11	01/03/13
6	6.10	Criação do Projeto Gráfico - Informativo Programa Asa Minas	unid	4	01/05/11	31/10/11
6	6.1	Produção - Cartilha da Água	unid	5000	01/05/11	31/10/11
6	6.2	Produção - Cartaz Mandamentos da Água	unid	5000	01/05/11	31/10/11
6	6.3	Produção - Cartilhas de Convivência com o Semi Árido	unid	5000	01/05/11	31/10/11
6	6.4	Criação do Projeto Gráfico - Cartilha Cisternas - Multiplicadores	unid	1	01/05/11	31/10/11
6	6.5	Produção - Cartilha Cisternas - Multiplicadores	unid	5000	01/05/11	31/10/11
6	6.6	Criação do Projeto Gráfico - Cartilha Jeito Mineiro	unid	1	01/05/11	31/10/11
6	6.7	Produção - Cartilha Jeito Mineiro	unid	5000	01/05/11	31/10/11
6	6.8	Criação do Projeto Gráfico - Agenda Asa Minas	unid	1	01/05/11	31/10/11
6	6.9	Produção - Agenda Asa Minas	unid	4000	01/05/11	31/10/11
6	6.11	Produção - Informativo Programa Asa Minas	unid	8000	01/05/11	31/10/11
6	6.12	Criação do Projeto Gráfico - Folder Asa Minas	unid	1	01/05/11	31/10/11
6	6.13	Produção - Folder Asa Minas	unid	5000	01/05/11	31/10/11
6	6.14	Produção Vídeo Asa Minas	unid	2000	01/05/11	31/10/11
6	6.15	Registro Fotográfico	unid	4	01/05/11	31/10/11
6	6.16	Exposição Fotográfica	unid	3	01/05/11	31/10/11
6	6.17	Livro Caiu do Céu - Guardou na Cisterna	mes	5000	01/05/11	31/10/11
6	6.18	Distribuição de Material	unid	1	01/05/11	31/10/11

### Plano de Aplicação:

Natureza da Despesa		Total (R\$)	Distribuição	
Código	Especificação		Recursos Fhidro (R\$)	Contrapartida (R\$)
339014	DIÁRIAS DE VIAGENS	R\$ 366.300,00	R\$ 333.000,00	R\$ 33.300,00

## Relatório do projeto

449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$ 64.960,00	R\$ 64.960,00	R\$ 0,00
339030	MATERIAL DE CONSUMO	R\$	R\$ 4.139.894,58	R\$ 0,00
339048	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS	R\$ 674.200,00	R\$ 674.200,00	R\$ 0,00
339036	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA	R\$ 904.675,00	R\$ 332.500,00	R\$ 572.175,00
339039	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURIDICA	R\$	R\$ 2.270.849,83	R\$ 745.920,00
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R\$ 65.460,00	R\$ 65.460,00	R\$ 0,00

### Cronograma Desembolso:

Meta	Etapa	Data	Valor Fhidro (R\$)	Contrapartida (R\$)
1	1.1	01/03/11	R\$ 27.000,00	R\$ 0,00
2	2.1	01/03/11	R\$ 71.100,00	R\$ 0,00
2	2.2	01/03/11	R\$ 30.800,00	R\$ 0,00
2	2.3	01/03/11	R\$ 15.846,00	R\$ 0,00
2	2.4	01/09/11	R\$ 10.872,00	R\$ 0,00
2	2.5	01/09/11	R\$ 23.010,00	R\$ 0,00
2	2.6	01/03/11	R\$ 41.760,00	R\$ 0,00
2	2.7	01/09/11	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00
3	3.1	01/03/11	R\$ 1.373.220,00	R\$ 205.983,00
3	3.2	01/09/11	R\$ 260.251,99	R\$ 0,00
3	3.3	01/09/11	R\$ 67.729,31	R\$ 0,00
4	4.1	01/03/11	R\$ 202.375,10	R\$ 220.640,00
4	4.2	01/03/11	R\$ 304.733,33	R\$ 16.000,00
4	4.3	01/03/11	R\$ 19.520,00	R\$ 23.100,00
4	4.4	01/03/11	R\$ 174.826,67	R\$ 0,00
4	4.5	01/03/11	R\$ 142.000,00	R\$ 0,00
5	5.1	01/03/11	R\$ 18.900,00	R\$ 0,00
5	5.3	01/03/11	R\$ 14.780,00	R\$ 0,00
5	5.4	01/03/11	R\$ 15.600,00	R\$ 0,00
6	6.1	01/03/11	R\$ 13.000,00	R\$ 0,00
6	6.5	01/03/11	R\$ 13.000,00	R\$ 0,00

## Relatório do projeto

6	6.7	01/03/11	R\$ 13.000,00	R\$ 0,00
6	6.9	01/03/11	R\$ 13.200,00	R\$ 0,00
6	6.11	01/03/11	R\$ 6.400,00	R\$ 0,00
6	6.16	01/03/11	R\$ 13.500,00	R\$ 0,00
3	3.1	01/09/11	R\$ 1.373.220,00	R\$ 205.983,00
4	4.1	01/09/11	R\$ 202.375,10	R\$ 220.640,00
4	4.2	01/09/11	R\$ 213.313,33	R\$ 16.000,00
5	5.1	01/09/11	R\$ 18.900,00	R\$ 0,00
2	2.1	01/03/12	R\$ 55.300,00	R\$ 0,00
3	3.1	01/03/12	R\$ 1.068.060,00	R\$ 160.209,00
3	3.2	01/03/12	R\$ 260.251,99	R\$ 0,00
3	3.3	01/03/12	R\$ 67.729,31	R\$ 0,00
4	4.1	01/03/12	R\$ 202.375,11	R\$ 220.640,00
4	4.2	01/03/12	R\$ 213.313,33	R\$ 16.000,00
6	6.2	01/03/11	R\$ 5.950,00	R\$ 0,00
6	6.3	01/03/11	R\$ 13.000,00	R\$ 0,00
6	6.4	01/03/11	R\$ 4.500,00	R\$ 0,00
6	6.6	01/03/11	R\$ 4.500,00	R\$ 0,00
6	6.8	01/03/11	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00
6	6.10	01/03/11	R\$ 6.000,00	R\$ 0,00
6	6.12	01/03/11	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00
6	6.13	01/03/11	R\$ 3.500,00	R\$ 0,00
6	6.14	01/03/11	R\$ 43.600,00	R\$ 0,00
6	6.15	01/03/11	R\$ 10.800,00	R\$ 0,00
6	6.18	01/03/11	R\$ 25.192,50	R\$ 0,00
1	1.1	01/09/11	R\$ 27.000,00	R\$ 0,00
2	2.1	01/09/11	R\$ 71.100,00	R\$ 0,00
4	4.3	01/09/11	R\$ 19.520,00	R\$ 23.100,00
4	4.4	01/09/11	R\$ 174.826,67	R\$ 0,00
4	4.5	01/09/11	R\$ 142.000,00	R\$ 0,00

## Relatório do projeto

5	5.2	01/03/11	R\$ 41.420,00	R\$ 0,00
5	5.4	01/09/11	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00
4	4.3	01/03/12	R\$ 19.520,00	R\$ 23.100,00
4	4.4	01/03/12	R\$ 174.826,67	R\$ 0,00
4	4.5	01/03/12	R\$ 142.000,00	R\$ 0,00
5	5.1	01/03/12	R\$ 12.600,00	R\$ 0,00
5	5.3	01/03/12	R\$ 14.780,00	R\$ 0,00
5	5.4	01/03/12	R\$ 7.800,00	R\$ 0,00
6	6.17	01/03/11	R\$ 49.700,00	R\$ 0,00
2	2.2	01/09/11	R\$ 15.400,00	R\$ 0,00
5	5.2	01/03/12	R\$ 41.420,00	R\$ 0,00
2	2.3	01/09/11	R\$ 15.846,00	R\$ 0,00
1	1.1	01/03/12	R\$ 21.000,00	R\$ 0,00